

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.989 - MG (2018/0318392-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : BRUNO NOVAES ARAUJO DIAS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. EXTORSÃO E CÁRCERE PRIVADO. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE REVOGAÇÃO. POSTERIOR EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. SATISFAÇÃO DA PRETENSÃO DEFENSIVA. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE NA TRAMITAÇÃO DA PRESENTE VIA DE IMPUGNAÇÃO. PEDIDO RECURSAL PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por BRUNO NOVAES ARAUJO DIAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou a ordem do HC n.º 1.0000.18.106078-1/000.

Consta dos autos que, em 25/08/2018, o Paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos de cárcere privado, extorsão e injúria no âmbito doméstico e familiar, condutas capituladas nos arts. 148, § 1.º, inciso I, c.c o art. 158, *caput*, e 140, *caput*, do Código Penal. Em 29/08/2018, o flagrante foi convertido em prisão preventiva pelo Juízo 2.ª Vara Criminal da Comarca de Juiz de Fora/MG.

Inconformada, a Defesa ingressou com *writ* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 66):

"EMENTA: HABEAS CORPUS - EXTORSÃO - PRISÃO PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO E EXPECTATIVA DE PENA MAIS BRANDA - INVIABILIDADE - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO.

- Se a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva faz referência à situação fático-jurídica que motiva a custódia cautelar do paciente e encontra-se devidamente amparada no *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*, este consubstanciado na garantia da

ordem pública, fundamentada está o tanto quanto necessário à luz da Constituição da República.

- Não há que se falar em concessão de liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação provisória do paciente atende aos requisitos da novel legislação.

- Inviável conceder liberdade, in casu, com base em expectativa de pena futura, uma vez que não há como antever, nesse momento, quais seriam os limites da provável sentença condenatória.

- Inexiste, nas hipóteses da prisão preventiva, prejuízo ao princípio da presunção de inocência, quando presentes os requisitos autorizadores da medida cautelar.

- Somente condições subjetivas favoráveis não permitem a revogação do decreto da prisão preventiva."

Daí o presente recurso, em que o Recorrente alega, em suma, a ausência dos requisitos indispensáveis para a decretação da sua prisão preventiva e a carência de fundamentação idônea. Afirmar que as condições pessoais favoráveis afastam a necessidade da custódia cautelar, pois é primário, não há dúvida sobre sua identidade civil, bem como não descumpriu nenhuma obrigação imposta anteriormente.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da segregação cautelar, de modo a permitir que se defenda em liberdade, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 94-96.

Prestadas as informações (fl. 101), o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso (fls. 122-123).

É o relatório. Decido.

Conforme noticiado pelo Juízo de primeiro grau nas informações à fl. 101, a prisão preventiva decretada em desfavor do Recorrente foi por ele revogada em 08/11/2018, com a expedição do alvará de soltura na mesma data.

Diante dessa situação, não há mais interesse na tramitação do recurso, pois satisfeita a pretensão defensiva.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

